

Conflitos Urbanos no norte da Amazônia: crescimento desordenado em áreas alagadas/ressacas em Macapá

Bianca Moro de Carvalho

Introdução

Internacionalmente conhecida por sua grande riqueza em recursos naturais, a Amazônia brasileira e sua enorme floresta estão marcadas por grandes conflitos urbanos. O crescimento de assentamentos ilegais nas cidades da Amazônia é uma triste realidade que tem transformado seu espaço. O objetivo deste ensaio é mostrar o processo de favelização das áreas úmidas do município de Macapá, onde ocorre uma intensa ocupação de áreas de proteção ambiental para a construção de habitação precária. E devido a ocorrência deste fenômeno, a Universidade Federal do Amapá, através do projeto de extensão "Planejando com a Comunidade", tem buscado responder algumas perguntas relacionadas com os processos de urbanização informal e seus efeitos nas comunidades que vivem em áreas de ressacas¹.

Pode-se dizer que existem várias Amazônias: a formada pela selva e os afluentes do Rio Amazonas; a indígena, onde existem as áreas de proteção ambiental; a floresta fechada; e a Amazônia urbana, da qual trata este artigo, resultado das promessas de desenvolvimento conectado com as formações de novos territórios; neste universo está o Estado do Amapá.

Após 21 anos de regime militar (1964-1985), o Brasil passou por um processo de democratização que culminou com a promulgação da Constituição de 1988, que criou novos Estados no Brasil, dentre eles o Amapá, cuja grande parte da população habita a capital Macapá. Nas ressacas a população de baixa renda, oriundas do próprio interior do estado e de outras localidades, constroem suas casas do tipo palafita invadindo áreas de proteção ambiental, vivendo em condições subumanas. São de comunidades ribeirinhas que antes viviam ao longo do rio Amazonas, sobrevivendo de atividades extrativas. No campo, falta acesso aos instrumentos básicos para sobrevivência como saúde, educação e emprego, o que leva os ribeirinhos a mudarem para outras localidades cidade. Macapá, pelos motivos que serão mostrados no texto, tornou-se receptora desta população. Os imigrantes ao chegarem na cidade enfrentam muitas dificuldades, porque possuem baixos índices de escolaridade, muitos são analfabetos, e como não possuem mão de obra qualificada encontram dificuldades para ingressarem no mercado de trabalho formal. As áreas de risco são locais estratégicos para a comunidade pobre, pois estão localizadas próximas da melhor infraestrutura do município, por isso representam uma oportunidade barata para moradia.

Nas áreas invadidas os ribeirinhos reproduzem o modo de vida que levavam na floresta, construindo casas de palafitas e pontes de madeira, mas em condições ilegais, pois passam a ocupar áreas pertencentes ao governo ou propriedades privadas, e sua força de trabalho é dedicada à economia informal. O preconceito que existe em relação aos moradores dessas áreas é muito grande, contribuindo para os processos de exclusão social.

O Amapá tornou-se uma unidade de conservação no ano de 2002, correspondente a uma área de 38.821,20 km², o que corresponde a maior área de floresta tropical protegida do mundo. Porém, possui enormes problemas urbanos em Macapá, pertencendo a uma estatística mundial alarmante: metade da população mundial vive em áreas urbanas, onde um terço se encontra favelas e bairros populares, o que representou um aumento de 760 milhões de habitantes em 2000 para 863 milhões em 2012(UN-Habitat, 2013:83).

Devido a esses conflitos urbanos, no ano de 2009, foi criado um projeto de extensão na Universidade Federal do Amapá, onde os alunos passaram a desenvolver projetos na área de urbanismo, no qual a participação da comunidade é um elemento importante no desenvolvimento de propostas para novas políticas públicas: o "Planejando com a Comunidade", por exemplo, permite saber a atual situação da população que vive nas áreas alagadas, além de contribuir para uma avaliação profunda dos problemas da economia informal na cidade. Macapá, uma jovem capital brasileira, é o ponto de partida para o nosso estudo de pesquisa, bem como o intenso processo de ocupação irregular.

Tema da Favela e exclusão social

¹ Nome popular das áreas úmidas dos Estado do Amapá, sinônimo na região de habitação informal.

O Amapá está localizado no norte da Amazônia brasileira, possuindo uma vasta costa que está voltada para o Oceano Atlântico. A história do Amapá mostra que a localização geográfica deste estado contribuiu de maneira significativa para os processos migratórios que surgiram a partir da década de 1950, coincidindo com a ocupação das áreas úmidas. É o único estado do Brasil que não está conectado através de estradas a outros estados da federação, somente através de balsas que saem de Belém ou outras cidades, as quais não estão conectadas a rede regional de estradas, para isso os únicos meios disponíveis são os transportes aquáticos e aéreos(Drummond e Pereira,2007:68). Mesmo com dificuldades de conexão com as demais entidades da federação, isso não impediu que a taxa de crescimento médio da população estivesse acima da média nacional, ao redor de 3,44% por ano, enquanto que a do país foi de 1,17%(IBGE 2010).

Berta Becker(2004) denominou esta região do globo de “Selva Urbanizada”, não somente pelo aparecimento de novas cidades, mas também , pelo aparecimento de espaços onde predominam a violência urbana e a desigualdade social. São espaços contraditórios, pois em meio a abundância de recursos naturais, as cidades da Amazônia expressam materialmente a falha de anos de políticas públicas mal sucedidas para o desenvolvimento desta região, contribuindo para o surgimento e crescimento da miséria e da marginalidade, onde a expressão máxima são as favelas.

Existem três Amazônias a serem consideradas quando se analisa este espaço: 1)A floresta representada por todos os estados da região norte brasileira(Amapá, Acre, Amazonas, Roraima, Rondônia, Tocantins e Pará);2) O território que inclui todos os sete estados da região norte mais o estado do Maranhão e Mato Grosso; 3) A Amazônia Sul Americana, também florestal(Becker e Stenner 2008:8). Atualmente a população urbana da Amazônia é de aproximadamente 25 milhões de habitantes(IBGE 2010)

O crescimento de outras cidades da Amazônia, com população menor e PIB regional e nacional reduzido, levou a alguns estudiosos a classificá-las como capitais periféricas. Localizadas nos estados do Acre, Amapá, Rondônia e Roraima, são resultante das necessidades e ajustes institucionais que ocorreram nesses espaços, cerca de 1,32 milhões de pessoas vivem nessas capitais periféricas: Macapá, Boa Vista, Porto Velho e Rio Branco. Durante muitos anos o governo brasileiro estimulou a ocupação de espaços no norte do Brasil, considerando que existia um vazio demográfico que deveria ser ocupado, desconsiderando que já viviam populações locais como os indígenas, ribeirinhos e seringueiros (Staeve, 2009:33,38).

Quando falamos no tema das favelas, alguns assuntos são de grande importância para o debate, temas como a pobreza e a exclusão social, os quais foram investigados por estudiosos, que demonstraram que a pobreza urbana na América Latina revelou-se através da precariedade, informalidade e poucas possibilidades do exercício da cidadania. Na primeira fase desses estudos, destacam-se as principais teorias sobre a marginalidade, onde surgiram as primeiras discussões a respeito da população de baixa renda, desemprego, favela e diferentes organizações sociais(Machado da Silva e Ziccardi, 1980 em Valadares e Figueredo, 1981:26). Já em um segundo momento, ocorrido na década de 1990, durante o período em que o modelo neoliberal passou a ser adotado, passou-se a questionar os efeitos dessas transformações nos trabalhadores urbanos, pois cresciam as atividades informais e precárias(Ziccardi, 2008:3).

Para Teresa Caldeira, a segregação espacial brasileira passou por três etapas, cada uma com características próprias. Do final do século XIX até a década de 1940, destaca-se pelo surgimento de uma cidade concentrada onde diferentes grupos sociais se estabeleceram em uma área urbana, e a segregação poderia ser identificada pelas características da habitação. Na segunda etapa, de 1940 até a década de 1980, ocorre uma segregação no contexto urbano marcada pela relação centro-periferia, onde diferentes grupos sociais estão separados pelas distâncias, as classes médias e altas passaram a se localizar em bairros centrais com acesso à infraestrutura, e setores pobres na periferia. A última etapa está relacionada com um padrão urbano atual em predominam os enclaves fortificados, os quais são espaços privados criados pelo temor a violência urbana(Caldeira, 2011:211).

A última categoria dos espaços fortificados reforçam as desigualdades sociais, pois nesta situação as favelas são sinônimos de marginalidade e violência, por alguns setores da sociedade, estereotipando de ilegais, informais, nunca reconhecendo que são produtos de uma urbanização irregular do território, onde o poder público e o capital controlam o espaço de forma fragmentada. A crescente polarização de riqueza e poder em nossas cidades tem

gerado espaços fragmentados, fortificados e privatizados com vigilância constante(Harvey,2013:36).

Mike Davis(2006), ao pensar sobre o processo de segregação urbana, considera esta um *status quo* que pode ser alterado, porém o Estado intervém com regularidade em nome do progresso, do embelezamento , da justiça social para os pobres, justificando o redesenho dos limites espaciais a favor dos proprietários dos terrenos, dos investidores estrangeiros, da elite com suas casas próprias e os trabalhadores de classe média(Davis, 2006:105).

O Brasil passou por importantes transformações nas políticas voltadas para a habitação nos últimos anos, enfrentando grandes desafios no que diz respeito aos assentamentos precários, permitindo o reconhecimento de que a exclusão social vai além da falta do acesso ao consumo de bens materiais, mas trata-se principalmente da falta de acesso aos serviços públicos, vulnerabilidade ambiental e falta de preparo para exercer a cidadania. A implementação de políticas públicas voltadas para melhorar a qualidade de vida da população de baixa renda ganhou visibilidade durante o governo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, e obteve grandes dimensões no governo do ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva através de programas de transferência monetária como o Bolsa Família (Rolnick e Klink, 2012:636).

Apesar dos esforços, o Brasil tem demonstrado grandes limitações em promover a melhoria da qualidade de vida da população pobre, pois as desigualdades não podem ser resolvidas através de programas que têm a renda como principal instrumento de mudança na vida das pessoas, existem múltiplas dimensões nas questões relacionadas aos processos de exclusão social que afetam a vida cotidiana dessas pessoas. Se tomarmos como referência os estudos de Amartya Sen(2008), podemos verificar que existem críticas importantes em relação à adoção da renda como único elemento de análise da questão da pobreza, pois demonstra que podemos compreendê-la melhor através da ideia de privação das capacidades entendendo melhor a pobreza das vidas e liberdades humanas, com diferente base informacional(incluindo estatísticas em que a perspectiva da renda tende a passar como um ponto de referência para a análise política).

Dessa forma, para analisarmos a pobreza nos assentamentos precários podemos utilizar conceitos que vão além da análise da renda, como o conceito de “pobreza relativa” defendido por Townsend(1970 em Ziccardi,2012:2), onde o nível de vida da população se estabelece em função da sociedade a qual está inserida e do tempo, ou seja as pessoas devem ter acesso não somente a renda, mas a padrões de vida do universo existente a ela. Portanto, a renda é um indicativo importante, mas precisa estar integrado a outros elementos como os êxitos e as privações vivenciados pelas comunidades(Sen,2008:35).

O conceito de pobreza relativa é um instrumento que nos ajuda a compreender a pobreza urbana, que é diferente da pobreza rural, já que na cidade ela tende a ser menor. Dessa forma, a aplicação das políticas sociais nas cidades, é necessário reconhecer que as dificuldades materiais devem ser confrontadas com os padrões de vida média, costumes, hábitos sociais e culturais predominante no espaço urbano(Ziccardi, 1995:2-3).

A favela tornou-se um objeto de análise da urbanização informal, como nos estudos de John Turner e William Manguin(Fiori e Brandao,2012:3462). O arquiteto John Turner considera a ação do ocupante um elemento importante na construção da habitação na América Latina, dentro de um processo de autonomia, defendendo a seguinte hipótese: “quando os moradores controlam as decisões mais importantes e são livres para dar suas próprias contribuições(no desenho, na construção ou na gestão de seus próprios lares), tanto no processo como no meio ambiente produzido ocorre um estímulo à produção de bem estar social e individual. Quando as pessoas não participam das decisões chaves no processo de construção da habitação, a moradia e a habitação podem tornar-se um obstáculo à realização pessoal e uma carga para a economia(Turner e Fitcher, 1972:241).

A capacidade de organização das comunidades das favelas tem contribuído para importantes lições de planejamento urbano , mostrando que a informalidade não é um setor da sociedade ou um segmento, mas sim parte integrante da cidade. As transformações são rápidas e não são acompanhadas pela cidade formal, trata-se de um espaço em movimento com cultura e identidade própria, as necessidades mais imediatas determinam o espaço em si, é uma arena de negociação(Fiori e Ramirez, 1992:28).

A Habitação como um direito conquistado

Durante as décadas de 1980 e 1990, a pobreza urbana era um tema ausente nas políticas nacionais e internacionais, mas a partir da segunda metade da década de 1990 o problema se converteu em uma prioridade para as organizações, tais como o Banco Mundial, Organização das Nações Unidas(ONU) e vários bancos de desenvolvimento. O interesse pela origem e crescimento da pobreza se originou da comparação com décadas anteriores, gerando um grande debate sobre o impacto das políticas de ajuste estrutural(Fiori, et al., 2004:3). Assim podemos dizer que surgiu a preocupação em entender a pobreza como um processo multidimensional, influenciado pelas condições culturais e vivido de maneira diferente por diversas pessoas de acordo com o sexo, idade, etnia e capacidade, incluindo muitas formas de consumo que vão além das considerações da renda e conceito de linha de pobreza(Foro Internacional Sobre a Pobreza Urbana, 1998), exemplo disso são as cidades latino americanas onde vivem e trabalham tanto os que possuem maiores níveis de formação educativa como grandes contingentes de trabalhadores poucos qualificados que de maneira precária entram no mercado de trabalho(Ziccardi,2014:241).

A habitação tornou-se um problema muito sério nos países em desenvolvimento, o alto crescimento da população se tornou algo nunca antes visto. Dessa forma, a moradia passou a ser reconhecida como um papel essencial na luta contra a pobreza, convertendo-se nos temas das agendas governamentais para estabelecer relações com saúde, segurança pessoal, geração de renda, produtividade e nível educativo. Este reconhecimento também significou mudanças na forma de ver as casas localizadas em áreas informais. Hernando de Soto(1989), por exemplo, revelou em seus trabalhos a importância das edificações construídas pelos residentes dos assentamentos informais, que as intenções dos moradores não é viver de forma anárquica ou temporal, na verdade, trata-se de um sistema diferente que respeita o mínimo dos direitos essenciais, dentre eles o direito à propriedade, representando uma batalha pela propriedade privada por parte dos habitantes dos assentamentos informais(Soto,1989:55).

Autores como Ananya Roy e José Castillo(em Fiori e Brandao 2012:3560) percebem o informal não como falta de planejamento, mas como uma maneira mínima e não ortodoxa de planejamento, onde as decisões e transformações ocorrem juntas, desta forma, a urbanização informal possui maior complexidade para trabalhar com tempo, hierarquia, espaço e usuários. Para Paola Jacques Berenstein(2002), ao analisar a estética das favelas, revelou que a urbanização informal não pode seguir as formas convencionais de planejamento urbano, pois a cidade informal se caracteriza por um interminável processo de autoprodução e auto construção, contrariando o planejamento que está sempre guiado por um fim, dessa forma, o espaço está em contínuo movimento(desde a escala da habitação, bairro, cidade e territorial), transformando o espaço de acordo com as necessidades dos atores envolvidos.

A informalidade não pode ser a maior representação de privação das cidades latino americanas, Gilbert(2004), comprova isso através de três exemplos:1) o trabalho temporal como forma de sobrevivência porque os benefícios do seguro desemprego nem sempre se pagam nestes países;2) a alta inflação provoca salários baixos incentivando a busca de renda complementar em atividades informais pois contribuem financeiramente para as famílias;3)A autoconstrução tornou-se uma solução para milhares de famílias na América Latina, as quais estariam pior se não pudessem construir suas casas informalmente(Gilbert, 2004:41).

O reconhecimento da importância em assegurar moradia adequada para as populações tornou-se um direito universal quando o direito à moradia foi reconhecido internacionalmente, através da legislação internacional dos direitos humanos como um componente fundamental para um padrão de vida adequado: “Todo ser humano tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar-lhe, e à sua família, saúde e bem-estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis, e direito à segurança em caso de desemprego, doença, invalidez, viuvez, velhice ou outros casos de perda dos meios de subsistência “(Nações Unidas, 1948)

A urbanista Raquel Rolnick, considera que a Declaração Universal dos Direitos Humanos um documento pós-guerra de “primeira geração”, ou seja, existia uma grande preocupação com os direitos civis e políticos, somente no ano de 1966 ocorreu a votação de um tratado em que o direito a moradia surge como um conceito essencial para um nível de vida adequado para todos os seres humanos(Rolnick, 2011:169): o Pacto Internacional dos Direitos Sociais, Econômicos e Culturais(PIDESC) é um instrumento de grande valor na elaboração de parâmetros adequados para o acesso à moradia digna como podemos verificar no artigo11, inciso 1º:

§1. Os Estados-partes no presente Pacto reconhecem o direito de toda pessoa a um nível de vida adequado para si próprio e para sua família, inclusive à alimentação, vestimenta e moradia adequadas, assim como uma melhoria contínua de suas condições de vida. Os Estados-partes tomarão medida apropriadas para assegurar a consecução desse direito, reconhecendo, nesse sentido, a importância essencial da cooperação internacional fundada no livre consentimento. (1966,Pacto Internacional dos Direitos Sociais, Econômicos e Culturais)

O artigo demonstra que a moradia é um direito humano, onde existem documentos oficiais, tratados e convenções, onde os países assinam acordos e o não cumprimento dessas regras significa a violação dos direitos universais previamente estabelecidos, como tem ocorrido no Brasil. O resultado destas discussões são a criação de parâmetros universais, a medida de uma casa, por exemplo não pode ser um parâmetro universal pois seria algo incoerente. Dessa forma, desde a década de 1970, várias conferências foram realizadas com o objetivo de encontrar soluções para melhorar os assentamentos humanos no planeta, foi o que ocorreu em Vancouver em 1976, na Agenda 21(1992), a Declaração de Istambul sobre Assentamentos Humanos(1996), Agenda Habitat(1996) e Declaração do Milênio e Desenvolvimento do Milênio(2000)(Governo do Brasil, 2013:33).

As conferências foram e são de grande importância, pois colocam em evidência o tema da urbanização mundial, agregando questões dos setores não governamentais aos tradicionais representantes políticos, técnico e acadêmico permitindo a consagração de temas importantes como: descentralização e poder local(Antonucci et al., 2009:4).Apesar desses eventos não proporcionarem sanções nos Estados por não cumprirem os compromissos assumidos, cria possibilidade de construir uma opinião pública em relação aos temas que são de interesse da população como moradia adequada para todos e assentamentos humanos sustentáveis.

Segundo a ONU as pessoas que mais sofrem com o tema da habitação inadequada são as pessoas que habitam as áreas urbanas do planeta, os quais são mais de 930 milhões de indivíduos localizados nos países em desenvolvimento representando 42% da população urbana(Governo do Brasil, 2013:24-25). O tema da habitação deve ser visto dentro de uma perspectiva que englobe o acesso a infraestrutura, educação, oportunidades de desenvolvimento humano e econômico, como trabalho.

No Brasil, a habitação é um direito garantido pela constituição de 1988, no artigo 6º. A moradia passou a ser um direito social, representando um grande avanço jurídico o qual permitiu aos cidadãos e aos movimentos sociais lutarem para ter acesso à moradia digna. No ano de 2005 o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social foi criado (SNHIS), buscando atender às populações mais vulneráveis, criando políticas de inclusão social na área da habitação, pois foi estabelecido dentro de seus objetivos, princípios e diretrizes a moradia como direito e vetor de inclusão social(Governo do Brasil,2005).

Processo de favelização na Amazônia e compreensão da política de habitação no Brasil e as dificuldades do Amapá

O processo de ocupação da Amazônia está fortemente conectado com a exploração de seus recursos naturais, mesmo que a “defesa das fronteiras brasileiras” fosse utilizada como estratégia de ocupação. A história pode comprovar os fatos quando verificamos a

fundação das principais cidades amazônicas, onde muitas viraram capitais dos atuais estados brasileiros localizados na região. Simultaneamente, surgiram os espaços informais onde a população sem mão-de-obra qualificada passou a construir habitações precárias; pode-se dizer que este processo, o qual as entidades governamentais não participaram da construção, são hoje grandes desafios para os governos das cidades da Amazônia.

Becker(2004) a denominou de floresta urbanizada levando em consideração as formas de apropriações do espaço, materializadas através do aparecimento e crescimento das cidades, além dos novos padrões e estilos de vida de um mundo urbanizado. Autores como Vicentini(2004) enxergam a Amazônia como uma grande fronteira urbana onde a diversidade das cidades são um resposta às políticas de incentivo à ocupação, mas também como manifestação da expressão cultural da população e novos atores de produção do espaço urbano(Vicentini, 2004:35).

As maiores áreas metropolitanas da Amazônia estão localizadas nas cidades de Belém e Manaus ², as quais juntas somam quase 3,5 milhões de habitantes(IBGE 2010), outros estados apesar de menores cresceram bastante demograficamente recebendo a denominação de estados periféricos, surgiram novas demandas e arranjos institucionais consequentes do processo de urbanização³.

Nas capitais periféricas da Amazônia (Macapá, Boa Vista, Porto Velho e Rio Branco), existem aproximadamente 1.638.000 pessoas, resultado das transformações que surgiram na década de 1940 para povoar a região que intensificou-se principalmente após a transformação de alguns territórios federais em Estados(Amapá e Roraima) na década de 1990. O crescimento e a expectativa por desenvolvimento vieram acompanhados do surgimento de problemas urbanos geradores de pobreza e exclusão social.

A política de habitação no Brasil ganhou grande destaque a partir do ano de 2003, ano em que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva assumiu presidência do Brasil, o setor habitacional e investimentos em infraestrutura foram priorizados contribuindo para uma grande revolução neste setor no país. Neste mesmo ano foram criados os principais instrumentos para a construção e execução da política habitacional brasileira: a criação dos Ministérios das Cidades (2003)⁴, o Sistema e Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (2005), Plano Nacional de Habitação (2008), além do lançamento do maior programa de moradia social do país, o Minha Casa Minha Vida(2009). Essas conquistas refletem anos de lutas populares através dos movimentos urbanos e de da luta pela moradia.

A objetivo do governo Lula consistia em aumentar o mercado privado para atender a classe média e concentrar os recursos financeiros gerenciados pelo governo federal nas faixas de renda situadas abaixo de 5 salários mínimos onde se concentra 92% do déficit habitacional da grande maioria da população brasileira (Maricato, 2010).

Historicamente é o início do século XXI que marca uma verdadeira preocupação e ação do governo brasileiro em atender as populações com carência de moradia; as tentativas anteriores são lembradas pelo autoritarismo e participação das classes médias. Em 1964, durante o regime militar, foi criado o BNH (Banco Nacional de Habitação), o país passava por um intenso processo de urbanização, a habitação já era um problema grave desde final do século XIX. No período de 1964 até 1986, o BNH financiou 25% nas novas moradias construídas no país, valor pequeno para a urbanização acelerada que sofriam as cidades brasileiras (Bonduck, 2007:73).

Durante a existência do BNH foram produzidas moradias e projetos urbanísticos de baixa qualidade arquitetônica, foi uma fase de grandes conjuntos habitacionais construídos na periferia das cidades, compostos por projetos arquitetônicos que ignoravam o meio físico, características regionais, qualidade da habitação, eram projetos padronizados que desrespeitavam as diferenças geográficas brasileiras(Bonduck, 2007:74). O BNH foi extinto em 1986, marcando uma época em que o direito à moradia não foi prioridade para os governos. Infelizmente, o tema dos assentamentos irregulares era tratado como caso de polícia, “ ao invés do reconhecimento de que maior parte de seus moradores eram

² Capitais respectivamente do Pará e Manaus.

³ Estados Periféricos são aqueles com menor participação no PIB regional e nacional, e com pequena população, são os seguintes estados: Acre, Amapá e Roraima(Staevie,2009:33).

⁴ O Ministério foi estruturado para trabalhar de forma articulada com os Estados e municípios, valorizando a participação cidadã através da atuação dos movimentos sociais, organizações não governamentais e setor acadêmico e outros segmentos da sociedade.

trabalhadores e, em muitos casos, como em São Paulo, trabalhadores da indústria fordista, produtora de automóveis”(Maricato, 2011:13).

O ativismo da sociedade civil brasileira surgiu nos anos 70 e 80, em um momento de muitas expectativas, e necessidade de criar políticas públicas que combatessem a exclusão social e política. Os novos atores políticos utilizaram inovadoras estratégias que permitiram influenciar os funcionários governamentais no processo de transição democrática: os líderes da sociedade civil aliados aos políticos, elegeram candidatos a cargos públicos que pudessem influenciar nas políticas públicas (Wampler, 2006:39).

Durante a gestão do presidente Fernando Henrique Cardoso, de 1995-2002, depois de muitos anos de paralização, os financiamentos na habitação são retomados com recursos do FGTS⁵. A política habitacional passou a reconhecer princípios como flexibilidade, descentralização, diversidade, além da rejeição por programas convencionais, como a construção de grandes conjuntos habitacionais da época do BNH, foram períodos marcados por urbanizações e intervenções em áreas precárias. Porém, infelizmente, essas ações não ajudaram a reduzir o déficit habitacional dos segmentos de baixa renda, seguindo uma tradição da política habitacional brasileira em privilegiar os segmentos de renda média.

A criação do Ministério das Cidades em 2003 revolucionou o tema da moradia no Brasil, pois foram estabelecidos os critérios para nova política habitacional brasileira. A nova política brasileira de habitação permitiu a criação de um processo institucional que garantiu a sua implantação: a Secretaria Nacional de Habitação, pertencente ao Ministério das Cidades, foi criada para realizar e organizar a atual estrutura de política habitacional brasileira. Foi instituído o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS), através da lei 11.124 de junho de 2005. O SNHIS é o principal instrumento da Política Nacional de Habitação (PNH)⁶, o seu desenho institucional possibilita o alcance dos princípios, objetivos e diretrizes da política, além de permitir suprir o vazio institucional e estabelecer condições para enfrentar o déficit habitacional, suas ações são articuladas nos três níveis de governo com a participação de Conselhos das cidade e estaduais.

O Sistema Nacional de Habitação é o responsável pela coordenação de todos os programas destinados à habitação de interesse social, e reúne conselhos, órgãos e instituições da administração pública relacionados com a implementação de programas habitacionais. Trata-se de um sistema federal onde a integração com os Estados e Municípios foi realizada através de um processo de adesão, em seguida os estados e Municípios deveriam seguir a estrutura federal e implementar seus sistemas. As dificuldades para participar das exigências do Ministério das Cidades foi sentida pelos pequenos municípios, que desestruturados e sem corpo técnico qualificado, não puderam participar do processo. No estado do Amapá, dos 16 municípios, somente Macapá e Santana organizaram a formação do sistema e de conselhos.

Mesmo o estado tendo realizado a adesão e organizado o Sistema Estadual de Habitação, existe um grande negligência com o setor habitacional de interesse social, faltam projetos que possam ser apresentados aos editais lançados pelo Ministério das Cidades, os mesmo são uma grande oportunidade para melhorar a vida da população. O estado perde a oportunidade de buscar recursos, e a população a possibilidade de viver com dignidade. Foi essa carência de projeto que levou a criação do projeto de extensão “Planejando com a Comunidade”. Desde 2009 as áreas alagadas de Macapá conhecida como ressacas receberam a atenção de professores e alunos.

O Programa social Bolsa Família e seus resultados

As investigações nas áreas de ressacas levantaram algumas questões relacionadas com a dinâmica de crescimento destas áreas e prática de ações clientelistas. De acordo com Souza (1994), no Brasil, atraso é um instrumento de poder, a política dos favores são os pilares que sustentam o estado brasileiro o qual não aceita a distinção entre público e privado, o poder pessoal e oligárquico assim como a prática do clientelismo são fortes

⁵ O FGTS é a sigla de **Fundo de Garantia por Tempo de Serviço**. Trata-se de um depósito mensal, referente a um percentual de 8% do salário do empregado, que o empregador fica obrigado a depositar em uma conta bancária no nome do empregado que deve ser aberta na Caixa Econômica Federal <http://www.significados.com.br/fgts/>.

⁶ Em 2004 a política nacional de habitacao(PNH) priorizou a populacao de baixa renda defendendo uma integracao com a política urbana. O PNH permitiu mobilizar e estruturar recursos para o Sistema Nacional de Habitacao de Interesse Social(SNHIS).

suportes de legitimidade política no Brasil (Souza, 1994: 13-20), por isso é comum, no Brasil, ver políticos envolvidos em escândalos de corrupção, serem eleitos para cargos executivos ou ocupar cargos públicos.

O clientelismo político é essencialmente uma relação de troca de favores políticos por benefícios econômicos, independente da escala; é uma relação entre os poderosos e os ricos, sem nenhuma relação entre ricos e pobres (Souza, 1994: 29). A política clientelista continua muito forte em alguns estados, como o Estado do Amapá, onde essas ações tornaram-se maiores e sofisticadas, sendo praticados por uma nova geração de políticos oportunistas. Os habitantes das áreas de ressaca em entrevistas revelaram que a o voto está relacionado com a lealdade em forma de pagar favores e não convicções políticas.

Na região amazônica ocorrem muitas chuvas apodrecendo as casas de palafita e as pontes que as conectam, são as pontes de madeira que permitem a mobilidade dos habitantes, conseqüentemente a reposição da madeira é uma necessidade constante. Desta forma, em tempos de eleição, muitas pontes são construídas nas ressacas, pois são solicitadas ao governo municipal e estadual pelos moradores. As pontes são pintadas na borda com a cor do partido que está no poder e realizou a construção, resultando em dois tipos de advertência: I) servir como uma medida de segurança para destacar os limites de cada ponte e II) lembrar aos moradores o partido que realizou a construção. Também são doados por candidatos máquinas de *açaí*⁷ e carrinhos para venda de comida na rua. Em entrevista realizada, os moradores revelaram receber até 30.000 reais para trabalharem como cabo eleitoral. Todas essas ações interferem na dinâmica de crescimento da cidade e na ocupação de áreas de proteção ambiental.

Doria (2015) considera o clientelismo como os galhos de uma árvore patrimonialista plantada em território brasileiro desde o tempo dos colonizadores, onde a copa é o coronelismo, o nepotismo e o fisiologismo. O fenômeno está enraizado nos costumes da sociedade brasileira, sendo um instrumento a serviço da mesa de negociação de mudanças, sendo um elemento impulsionador de poder. O mesmo autor acredita que o programa Bolsa Família ajudou 12 milhões de famílias beneficiárias se retirarem da linha de pobreza, mas, também beneficiou o Partido dos Trabalhadores (PT) e conseqüentemente o presidente Lula. Apesar dessa ajuda, o programa não possibilita que os indivíduos tornem-se independentes deste recurso contribuindo para o crescimento pessoal e financeiro, pois ele não capacita as pessoas a melhorarem sua condição econômica (Doria, 2015).

Zucco (2014), um dos coordenadores do Banco Mundial acredita que o programa de transferência de renda tem sido muito importante como política social no Brasil, favorecendo a redução do clientelismo, mas suas investigações demonstraram uma tendência das famílias que recebem o bolsa família em apoiar o governo. Nas eleições de 2014 ocorreu um maior impacto eleitoral desde a criação do programa, pois 1 em cada 5 votos que obteve Dilma Rousseff se relaciona com o mais famoso programa de renda do governo do PT; a análise do investigador leva em consideração variáveis da economia do município, o Produto Interno Bruto (PIB) e índice de desenvolvimento humano (Zucca, 2015). Nesta mesma pesquisa o autor faz uma relação entre o recebimento do bolsa família e a tendência em votar no candidato que representa o partido que está no poder, considerando que existe uma tendência governista. Para Souza (1994:33) a relação entre a sociedade e o Estado é dificultada na instituição da representação política, o que induz a todos independente de sua classe social, a uma relação de troca de favores com os políticos.

O maior programa de transferência de renda do país continua sendo muito elogiado, o próprio Banco Mundial (2005) mostra a influência do programa em mais de 20 países, inclusive nos Estados Unidos; também é inegável que o programa Bolsa família é parte de uma série de programas cujo o principal objetivo é atender as famílias de baixa renda, porém é necessário ir mais além, permitindo que as políticas públicas possam evoluir inserindo e capacitando a população para o mercado de trabalho, pois os programas de transferência de renda não podem substituir o papel social que os governos devem cumprir. O trabalho é um componente central na sociedade em que vivemos, onde a realização pessoal, a criação de autoestima e a formação de organizações comunitárias são importantes para a construção de cidadania, a garantia de subsistência física é muito importante, mas insuficiente (Ziccardi, 2012:748).

⁷ O *açaí* é um fruto consumido diariamente pela população da Amazônia. É rico em propriedades antioxidantes e ferro

Planejando com a comunidade

A falta de políticas públicas voltadas para as áreas de urbanização popular no município de Macapá tem contribuído para o aumento dos assentamentos precários e conseqüentemente para o aumento da pobreza urbana e processos de exclusão social.

O Governo federal brasileiro desde 2005 tem disponibilizado recursos para construção de habitação social, porém é necessário que os estados e municípios estejam organizados e elaborem com antecipação projetos para áreas de interesse social. Diante desta carência, foi criado o projeto de extensão “Planejando com a Comunidade” onde a escola de arquitetura e urbanismo da Universidade Federal do Amapá através das matérias de urbanismo e habitação popular deslocam-se até as comunidades de ressaca para fazer projetos de urbanização para essas áreas juntamente com as comunidades locais.

O projeto busca a responder algumas perguntas que são importantes para o processo de aprendizagem do aluno, mas também para criar processos de inclusão social, dentre estas perguntas podemos destacar algumas: 1)Seria possível o design participativo produzir maior inclusão social?; 2)Podemos desenhar melhores casas para os moradores das áreas de ressaca; 3)Podemos construir melhores habitações sociais?; 4)Qual o estágio de *critical housing* hoje?

O primeiro ano de atuação foi 2009 na área de ressaca do bairro do Perpétuo Socorro, antigo Igarapé das Mulheres. A área era bastante perigosa, mas na sede da comunidade foi possível contatar com os líderes do bairro, onde foi estabelecida uma agenda de reuniões que incluía visitas nas pontes e casas de palafita. Devido a violência que existe nessas áreas foi necessário pedir autorização para grupos conectados com a distribuição de drogas no local, os quais proibiram a presença de professores e alunos após as 5 horas da tarde e finais de semana. O resultado foi muito positivo, porque os alunos além de praticaram o conhecimento fora da sala de aula, superaram os preconceitos e criaram um diálogo com a comunidade que levaram à criação de propostas voltadas para a realidade local. Os trabalhos foram reunidos em uma única proposta e doados para a secretaria de infraestrutura do Estado do Amapá, mas infelizmente o poder público não demonstrou interesse em dar continuidade ao projeto.

No ano de 2010, o Ministério Público do Estado do Amapá juntamente com o IEPA⁸, pioneiros nos estudos das áreas de ressacas, solicitou o apoio do projeto da Universidade para investigar essas áreas, foram meses de trabalho que resultaram na publicação de um relatório técnico intitulado “ Zoneamento Ecológico e Econômico da Zonas de Ressacas de Macapá e Santana”. O trabalho identificou um grande crescimento demográfico nas áreas de ressacas, além da falta de execução de políticas públicas, e famílias que vivem em condições subumanas. A pesquisa foi uma tentativa de implantar um instrumento para zonear essas áreas de ressacas, que já haviam sido estabelecidas como responsabilidade do Estado do Amapá na promulgação da Constituição Estadual no Art.311.

Para que o relatório se tornar-se uma realidade foi criado uma metodologia que implicava na aplicação de questionários socioambientais em todas as ressacas dos dois maiores municípios do Amapá: Macapá e Santana. Durante os meses de abril, maio e junho de 2010, foram aplicados pelos estudantes em cada ressaca 30 questionários. Dessa forma, foi possível conhecer dados importantes sobre a população das áreas informais: renda dos moradores, características da população, moradia, infraestrutura habitacional, saneamento, condições de infraestrutura. O estudo concluiu que os problemas atuais, nessas áreas, são resultantes da falta de iniciativa do poder público, incluindo a não execução do Plano Diretor do Município e suas leis complementares (Ministério Público, 2012:60).

Apesar de serem áreas ocupadas ilegalmente, 91% dos entrevistados se consideram ser proprietários dos imóveis, sendo 4% alugados e 3% cedido. Um dado bastante importante está relacionado com a construção do imóvel: 46% dos entrevistados contrata mão de obra para a construção de suas casas, 39% utilizam o mutirão familiar para a construir suas moradias. A contratação de mão de obra para a construção dessas casas demonstra existir um mercado de trabalhadores autônomos especializados para construir as palafitas, gerando trabalho informal nessas áreas (Ministério Público, 2012: 61).

⁸ Instituto de Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Estado do Amapá.

No ano de 2011 o “Planejando com a Comunidade” foi inscrito e selecionado para o programa PROEXT⁹, obtendo recursos financeiros para dar continuidade às pesquisas, já que o ano anterior havia permitido obtenção de conhecimento sobre as reais condições da população das áreas de ressacas, o projeto de extensão foi levado a outras cidades da Amazônia, as quais haviam sido mencionadas nos questionários como a origem da população entrevistada no ano de 2010.

A visita ao arquipélago do Marajó, pertencente ao estado do Pará trouxe o entendimento de que nessa área da Amazônia a infraestrutura das cidades são mais precárias que em Macapá, faltam universidades, escola e hospitais, trabalho para a população. Para o morador dessas áreas é mais fácil mudar-se para Macapá que Belém¹⁰, devido as e grandes distâncias que existem na região. Em Macapá o mesmo tipo de habitação, casas do tipo palafita, são construídas nas ressacas, porém na cidade o estilo de vida do campo acaba criando conflito com os pequenos espaços que os moradores disputam na cidade, como o lixo que é jogado diretamente nas áreas alagadas trazendo problema de drenagem e inundação. A capital do Amapá tornou-se receptora de população pobre do Pará.

Entre 2012 e final de 2015 o projeto de extensão tornou-se parte da minha investigação de doutorado na Universidade Autônoma do México. Durante a pesquisa de campo que incluiu a aplicação de 187 questionários em 4 ressacas, foi detectado a mesma realidade das pesquisas do ano de 2010, porém outras variantes foram incluídas como questões de habitabilidade e lideranças comunitárias. Nas quatro áreas investigadas somente uma possuía mobilização comunitária, porém bastante desorganizada, esta variante indica que a falta de líderes traz enormes dificuldades para essas populações terem direito à cidade, porque dificulta o exercício da cidadania e reduz as possibilidades de debate com os governos locais. As mobilizações comunitárias no Brasil tem servido de modelo para outros países da América Latina, porém no Amapá o comportamento é *sui generis*.

No ano de 2016 o projeto de extensão foi retomado, a existência de desorganização ou inexistência de lideranças comunitárias levou à inclusão de outras atividades que vão além do projeto urbanístico, passaram a ser realizadas palestras educativas que incluíram temas variados ministrados pelos próprios alunos. São temas já familiares para os alunos, o importante é dividir conhecimento com a comunidade e despertar o interesse pelo exercício da cidadania. Porém a retomada dos projetos urbanísticos não foi fácil, pois o índice de criminalidade nessas áreas aumentaram, a própria área do Congós na qual trabalhamos recentemente, tem os mais elevados índices de violência contra a mulher. Nos fins de semana, são frequentes os assassinatos e, por uma questão de segurança, um micro-ônibus foi alugado transportar alguns membros da comunidade, colaboradores do projeto, para finalizar a atividade do semestre na própria universidade.

O projeto foi transformando-se, pois a velocidade com que a cidade cresce requer adaptações, mas a essência permanece: integrar os alunos com a comunidade, projetar a partir de uma realidade existente, transformar os espaços, criar debates, exercitar a imaginação. O grande desafio é criar processos de troca de conhecimento permitindo que a inclusão social seja um verdadeiro instrumento de crescimento pessoal e coletivo.

Conclusões

A Amazônia possui uma enorme reserva de recursos naturais, mas maioria da população vive na pobreza das capitais da região. São cidades fragmentadas marcadas pelas desigualdades e segregação social. No Amapá a irregularidade, informalidade e o fracasso das políticas públicas estão representados materialmente nas invasões das áreas úmidas para a construção de casas.

O crescimento desordenado das áreas úmidas do município de Macapá tem sido a solução para as famílias de baixa renda que necessitam de moradia na cidade. São comunidades de origem ribeirinha que reproduzem nas ressacas o mesmo tipo de habitação construídas nas áreas rurais: palafitas de madeira.

A falta de políticas públicas voltadas para atender essa população tem sido um dos grandes entraves para a melhoria da qualidade de vida dessas pessoas. Recentemente o governo federal construiu alguns complexos habitacionais na cidade, porém são projetos que

⁹ Programa de extensão universitária do Ministério da Educação.

¹⁰ Capital do Estado do Pará.

desrespeitam a realidade regional, desconsiderando a cultura das populações da Amazônia. Como resultado as famílias contempladas nessas habitações acabam retornando para as áreas de ressacas.

A Universidade Federal do Amapá tem gerado novas oportunidades de debates e reflexões através do projeto de extensão "Planejando com a comunidade". As comunidades que participam do trabalho sabem que se trata de um exercício acadêmico, porém os projetos estão à disposição da comunidade, podendo ser um instrumento de reivindicação frente aos governos locais.

A prática do *design* participativo tem tido bons resultados, mas é necessário que outros agentes estejam envolvidos neste processo de construção de novas idéias e possibilidades. Infelizmente as comunidades das áreas de ressacas estão fracamente mobilizadas, o nível de escolaridade é muito baixo, e grande parte desconhece ferramentas básicas de reivindicação social como o Estatuto da Cidade e os Direitos Humanos.

Macapá é uma cidade onde as práticas clientelistas estão presentes, a pobreza urbana da cidade têm sido importante na manutenção de políticos inescrupulosos no poder. Em época de eleições telhas, madeiras e pontes são trocados por votos nas ressacas. A comunidade é esquecida quando não existem eleições. O Amapá tem graves escândalos conectados com a corrupção, os quais contribuíram de forma negativa para a autoestima da população. A política acaba se distanciando da vida do cidadão, especialmente do jovem que enxerga o político como ladrão.

As áreas de ressacas também são marcadas pela violência urbana destruindo a liberdade das famílias que vivem nelas; tratam-se de grupos de jovens delinquentes envolvidos com o tráfico de drogas. Recentemente uma jovem moradora que participava do projeto foi morta por dois jovens adolescentes enquanto caminhava para buscar o filho na escola. Foi uma experiência muito triste e ao mesmo tempo devastadora, pois nos faz questionar sobre a falta de compromisso e irresponsabilidade de nossos governantes, existe uma enorme passividade em relação aos crimes que ocorrem nessas áreas, a violência e indiferença do Poder Público com o cidadão é rotina.

O envolvimento da comunidade no processo de elaboração do *design* é algo positivo, pois ajuda na construção do exercício da cidadania. No entanto, a população necessita de educação para que o processo possa ser efetivamente chamado de participativo; é necessário um trabalho que envolva vários setores da sociedade, em que o conhecimento sobre práticas participativas e cidadania esteja presentes. As instituições públicas e privadas devem estar de mãos dadas em busca de uma cidade melhor.

O Brasil tornou-se referência mundial em mobilização social e processo participativo nas decisões públicas, porém o Amapá ainda não faz parte dessa realidade. A Universidade pode plantar uma semente, mas ela precisa que as condições sejam favoráveis para que os bons frutos sejam colhidos.

BIBLIOGRAFIA

- ANTONUCCI, Denise; KATO, Volia Regina Costa, ZIONI, Silvana, ALVIM, Angélica Benatti (2009) UN-HÁBITAT: 3 décadas de atuação. Arquitextos, Sao Paulo. Disponível em : <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/09.107/56>
- BECKER, Bertha (2004). *Amazônia Geopolítica na virada do milênio*. Brasil. Garamond.
- BECKER, Bertha y Claudio Stener (2008). *Um futuro para a Amazônia*. São Paulo. Oficina de textos.
- BERENSTEIN, Paola Jacques(2002). *Mare Vida na Favela*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra.
- BONDUKI, Nabil(2007). *Política Habitacional e inclusão social no Brasil: revisão histórica e novas perspectivas do governo Lula*. Disponível em: http://www.usjt.br/arg_urb/numero_01/artigo_05_180908.pdf
- CALDEIRA, Teresa Pires do Rio (2011). *Cidade dos Muros: crime, segregação e cidadania em Sao Paulo*. São Paulo. Edusp.
- DAVIS, Mike (2006). *Planeta Favela*. São Paulo: Boitempo.
- DE SOTO, Hernando(1989). *The other path*. Nova York. Harper and Publishers.
- DORIA, João (2015). *O clientelismo terá fim? O exercício do poder pautado no clientelismo não resiste ao tempo. Não se deu às famílias do Bolsa Família a bússola para um novo caminho*. Jornal Folha de São Paulo. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/opinia0/2015/07/1659637-o-clientelismo-tera-fim.shtml>

- DRUMMOND, José Augusto e Mariângela Pereira (2007). O Amapá nos tempos do Manganês. Um estudo sobre desenvolvimento Amazônico 1943-2000. Rio de Janeiro: Garamond
- FIORI, Jorge , Riley, Elizabeth y Ramirez, Ronaldo(2004). Melhoria Física e Integração Social no Rio de Janeiro. O caso do Favela Bairro. Londres: Architectural Association School of Architecture.
- FIORI, Jorge y Brandão (2012). Spatial Strategies and Urban Social Policy: Urbanism and Poverty Reduction in the Favelas of Rio de Janeiro. En Felipe Hernández, Peter Kellett and Lea K. Allen. Rethinking the Informal City. Critical Perspective from Latin America. New York: Berghahn Books. E-book.
- FIORI, Jorge y Ramírez, Ronaldo(1992). 'Notes on the Self-Help House Critique: Towards a Conceptual Framework for the Analysis of Self-Help Policies in Developing Countries. En K. Mathey(Coord.). Beyond Self-Help Housing. Munich: Profil Verlag.
- GILBERT, Alan (2004). Love in Time of Enhanced Capital Flows: Reflections on the Links between Liberalization and Informality. Em Ananya Roy, Nezar Alsayyad (coords.). Urban Informality: transnational perspectives from Middle East, Latin America, and South Asia. Uninited States: Lexington Books.
- GOBIERNO DE BRASIL (1991), Presidência da República. Decreto Federal nº 8.387, de 30/12/91. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8387.htm
- _____ (2013). Por uma cultura de direitos humanos. Direito à moradia adequada. Brasília. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0022/002254/225430POR.pdf>
- _____ (2013). Ciudades Rebeldes. *Del derecho a la Ciudad a la revolución urbana*. Madrid: Ediciones Akal. <http://www.mpap.mp.br/images/PRODEMAC/livros/Livro%20Ressacas.pdf>
- IBGE (2010). Instituto de Geografia e Estatística do Brasil. Censo 2010. Disponível em: <http://censo2010.ibge.gov.br/>
- MARICATO, Ermínia (2013) É a questão urbana estúpido. Em Ciudades Rebeldes. Passe livre e as manifestações que tomaram conta do Brasil. Sao Paulo. Boitempo. Carta Maior.
- MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAPÁ (2012). Zoneamento Ecológico-Econômico Urbano das áreas de ressacas de Macapá e Santana, relatório final. Organização: Luis Robero Takiyama.
- NAÇÕES UNIDAS(1948).Declaração universal dos direitos humanos. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001394/139423por.pdf>
- ROLNIK, Raquel (2011). “Moradia é mais que um objeto físico de quatro paredes”. *Revista eletrônica de estudos urbanos e regionais*. Nº5. Año 2011. Disponível em: http://www.emetropolis.net/edicoes/n05_jun2011/emetropolis_n05.pdf
- _____ (2011). 10 anos do Estatuto da Cidade: Das Lutas Pela Reforma Urbana às cidades da Copa do Mundo. Disponível em: <https://raquelrolnik.files.wordpress.com/.../10-anos-do-estatuto-da-cidade.pdf>
- _____ y Jeroen Klink (2012). “Crecimiento económico y desarrollo urbano: ¿por qué nuestras ciudades son tan precarias?, en Alicia Ziccardi (coord.). Ciudades del 2010; entre la sociedad del conocimiento y la desigualdad social. México:Unam, pp.635-672
- SOUZA, José (1994). O poder do Atraso: Ensaio de sociologia da História Lenta. São Paulo: Editora Huictec
- SEN, Amartya (2008). Desenvolvimento como liberdade. Editora Companhia das Letras. São Paulo.
- STAEVIE, Pedro (2009). Crescimento demográfico e exclusão social nas capitais periféricas da Amazônia. Rio de Janeiro: Textos e Debates (UFRR), v. 17(p. 33-51).
- TURNER, J. y FICHTER, R. (1972) Freedom to build. Macmillan Company. New York.
- UN-HÁBITAT (2000). Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais. Disponível em: <http://www.oas.org/dil/port/1966%20Pacto%20Internacional%20sobre%20os%20Direitos%20Economicos.%20Sociais%20e%20Culturais.pdf>
- _____ (2013). Streets as public spaces and drivers of urban prosperity. Disponível em : <http://mirror.unhabitat.org/pmss/listItemDetails.aspx?publicationID=3513>

- VALLADARES, Lícia do Prado y Figueiredo, Ademir (1981). *Habitação no Brasil: uma introdução a literatura recente*. Rio de Janeiro: ANPOCS, nº 11.
- VICENTINI, Yara (2004). *Cidades e História na Amazônia*. Curitiba: Universidade Federal do Paraná.
- WAMPLER, Brian (2006). ¿Expandiendo la responsabilidad en la gestión por medio de instituciones participativas? Activistas y Reformistas en Los Municipios Brasileños. En WANDERLEY LUBAMBO, Catia, Bandeira Coelho, Denilson y Melo, Marcus André. (2006). *Diseño institucional y participación política. Experiencias en el Brasil contemporáneo*. Argentina. CLACSO.
- ZICCARDI, Alicia (1995). *La tarea de gobernar: las ciudades y la gobernabilidad*. Disponible em:
<http://www.jstor.org/discover/10.2307/3540884?uid=3737664&uid=2&uid=4&sid=21106189354111>
- _____ (2008a). *Pobreza y Exclusión Social en las Ciudades Del Siglo XXI. Procesos de urbanización de la pobreza y nuevas formas de exclusión social: Los retos de las políticas sociales de las ciudades latinoamericanas del siglo XXI*. Colombia: CLACSO.
- _____ (2012). *Pobreza urbana y exclusión social*” Academia Mexicana de Ciências. México, pp. 741-750.
- _____ (2014) *Participación Ciudadana: recursos para gobernar mejor las ciudades*. Revista “Voces Cardinales”. Vol.2/Núm.2/Abril 2014, UNAM, México.
- ZUCCO, Cesar (2014). *O peso do Bolsa Família é maior em 2014*. Jornal Estadão. Disponible em: <http://politica.estadao.com.br/noticias/geral.peso-do-bolsa-familia-e-maior-em-2014-imp-.1575961>
- _____ (2015). *Pobres não são petistas são governistas*. Jornal Estadão. Disponible em: <http://brasil.estadao.com.br/noticias/geral.pobres-nao-sao-petistas-sao-governistas-imp-.707680>